

Subjetivação e identidade: implicações do transindividual em Simondon¹

Maria Fernanda Novo
Professora, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, Brasil
E-mail: mariafernandanovo@gmail.com

Resumo: O texto explora a maneira pela qual o transindividual em *Individuação à luz das noções de forma e Informação* se compõe como saída para a combinação entre as fases do ser, do pré-individual à individuação psíquico coletiva. Na tese de 1958, o transindividual se apresenta também como um tipo singular de intersecção que visa resolver a composição entre o físico e o vital, e o singular e o coletivo. Aparece, com isso, a coexistência entre os dinamismos que disparam individuações e que correspondem tanto à necessidade de repor o que garante a metaestabilidade, quanto ao conjunto de relações transindividuais que sugerem uma revisão das noções de subjetivação e identidade.

Palavras-chave: Simondon, transindividual, metaestabilidade, identidade, coletivo.

Subjectivation and identity: implications of the transindividual in Simondon

Abstract: This text explores the way in which the transindividual in *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information* is composed as output for the combination between the shift of being, present into pre-individual and the psychic-collective individuations. In Simondon's thesis, the transindividual presents itself as a singular kind of intersection between physical and vital, and singular and collective. It's present the coexistence between the dynamisms that give rise to individuations, and which correspond both to restore what guarantees the metastability and the set of transindividual relations. At the same time, it's propose a review of the notions of subjectivation and identity.

Key-words: Simondon, transindividual, metastability, identity, collective.

No breve ensaio de 1959, *Os limites do progresso humano*, Simondon apresenta, em resumo, uma das problematizações delimitadas nas teses do ano anterior (*Individuação à luz das noções de forma e informação e Modos de existência dos objetos técnicos*). O pequeno texto coloca em relevo um debate sobre os usos da técnica num momento em que os países europeus paradoxalmente tentam se refazer da segunda grande guerra inaugurando outras trincheiras em territórios africanos dominados. Os limites do progresso deveriam ser estabelecidos por critérios condizentes com a existência dos humanos, e não apenas com o desenvolvimento da técnica. Basicamente, Simondon define o progresso humano como a saturação de processos que são capazes de universalização. Isto é, esses processos se tornam sistemas cada vez mais autônomos, como é o caso da linguagem que se satura em gramática, da religião que se satura em teologia e da técnica que se satura em indústria. Reconhecer que os limites do progresso são como “congelamentos regressivos” do que o humano produz, impõe à ideia de progresso uma revisão que deve ser compatível com os limites da capacidade do humano pensar a si mesmo. Passado o elã que alimenta o poder de universalidade desses sistemas, eles são confrontados com a saturação; o que antes progredia, é estancado

Recebido em 19 de janeiro de 2019. Aceito em 22 de junho de 2019.



por seus próprios limites. Simondon sentencia o congelamento e o risco de isolamento desses sistemas: “O limiar do não descentramento e, portanto, da não alienação só será superado se o humano intervém na atividade, duplamente, como operador e como objeto da operação” (SIMONDON, 1990; 8).

A necessidade de o humano ser o objeto e operador dos sistemas sintetiza o que está desenvolvido nas duas teses defendidas em 1958. Será preciso a tomada de consciência do indivíduo enquanto agente e componente do processo de individuação. Ou seja, o pensamento reflexivo sobre a individuação não define apenas o processo de individuação, mas também o pensamento que o produz. Ou seja, pensar sobre a individuação é também incluir a individuação como definição de si. Na tese de 1958 isso aparece problematizado como a crítica a um humanismo cego de suas consequências e ao antropocentrismo. Se o humano pode reivindicar ser o solucionador dos problemas que a humanidade se coloca, deve-se reconhecer a urgência do problema sobre o que é o indivíduo hoje², marcado por atravessamentos nunca antes vividos. A crise da humanidade se agrava com o esfacelamento do humanismo que se deteriora a cada bomba acionada, a cada alvo humano alvejado, e em toda manutenção de uma lógica do extermínio. O humanismo não contém a definição do indivíduo contemporâneo como queriam acreditar os pacifistas esperançosos do fim das guerras sem fim. Se o humanismo é questionável quanto a sua eficiência empírica, sua base teórica deve ser reposicionada. A noção de antropocentrismo também não se ajusta mais num mundo ameaado pela ação humana, ou melhor, pela mundialização de um *ethos* que roga para si a tarefa de dominar ou simplesmente aniquilar indivíduos humanos e não humanos para a realização do projeto liberal.

Explorando a conexão entre a individuação do pensamento e a individuação como objeto a ser pensado apresentaremos duas análises sobre a tese principal de 1958 que nos ajudam a construir o transindividual como forma elementar da individuação psíquico coletiva. A primeira se delimita pelo problema suscitado pela própria consolidação do conceito de individuação face aos desafios de propor e observar relações entre indivíduos, os quais, por conta das transformações tecno-socio-políticas, forçam um novo regime de individuação. A segunda análise nos permite pensar numa definição de identidade, não aquela isolada ou definitiva, mas uma que acompanha a metaestabilidade e a trama contínua do transindividual.

I.

Para levar adiante essas análises é preciso dar um passo inicial sobre a noção de ontogênese. A teoria da ontogênese de Simondon é uma cadeia axiomática de significação do ser. A ontogênese procura superar os arcabouços ontológico substancialista e hilemórfico, a partir dos quais a história da filosofia acumula um grande número de definições sobre o ser. Distanciar-se da ontologia e promover uma ontogênese implica mobilizar as funções do vivo, fazendo-as coincidir com o surgimento do indivíduo ou, no sentido empregado por Muriel Combes, com algo no qual deve-se reconhecer que há sempre uma vida por nascer (Cf. COMBES, 2017). Em poucas palavras, ao longo da vida um indivíduo passa por sucessivas invenções de estruturas e funções que contêm significações das etapas anteriores da individuação, sem que ao mesmo tempo essa solução seja previamente determinada; isto é o que o filósofo denomina por desenvolvimento. Supostamente, as sucessivas invenções poderiam representar uma queda de tensão ou o esvaziamento do potencial do indivíduo. Mas, é um outro sentido de invenção que é apresentado: a invenção é por onde o indivíduo se aperfeiçoa, por onde ele pode variar sem que isso signifique a perda de si no jogo do equilíbrio metaestável. “A individuação resolutiva é aquela que conserva as tensões no equilíbrio da metaestabilidade em vez de aniquilá-las no equilíbrio da estabilidade” (SIMONDON, 2005, p. 204). Ou seja, o indivíduo persegue a metaestabilidade enquanto ser vivente, caso contrário, caso as tensões fossem aniquiladas pela estabilidade da forma, no lugar de desenvolvimento haveria a morte do indivíduo. A metaestabilidade é o que garante a ressonância interna entre as tensões. A ontogênese é a realização de sucessivos inícios da organização metaestável das tensões.



Disto podemos concluir que o desenvolvimento de todas as funções do vivo é ontogenética, pois estas fazem parte da individuação permanente. Sendo assim, onde há transformação e criação de funções e estruturas, há ontogênese, isto é, a ontogênese não se reduz a um único e primeiro momento do indivíduo. Postular a ontogênese em variados momentos é atribuir uma força de invenção ao indivíduo na sua busca incessante por resolver problemas. Neste caso, dizer que o indivíduo é agente, meio e elemento da individuação não é forçá-lo a um solipsismo irremediável. Pelo contrário, a individuação só se realiza se o indivíduo se confunde com o coletivo, caso as soluções que ele encontra para a resolução dos problemas vitais tiverem também uma significação coletiva. Encontramos aqui um primeiro pressuposto para o transindividual que aparece quando o indivíduo rompe os limites da individuação particular, para se encontrar com o coletivo. Este que interfere na operação tão significativamente como a ontogênese. Ou ainda mais, o indivíduo pode se traduzir como coletivo enquanto problema a ser solucionado e enquanto operação transdutora. A problemática da maturidade apresentada por Simondon é capaz de localizar a teoria da individuação com uma teoria do coletivo e não do individual.

“A única e definitiva metaestabilidade é aquela do coletivo porque ela se perpetua sem envelhecer através das individuações sucessivas” (SIMONDON, 2005, p. 217). De outro modo, o ser individual só age no coletivo, porque é por este meio que ele participa da realidade da qual ele é apenas uma parcela. “Pode-se dizer que um segundo nascimento do qual participa o indivíduo é aquele do coletivo que incorpora o próprio indivíduo e constitui a amplificação do esquema que ele porta” (SIMONDON, 2005, p. 216). No contexto de situar o caráter problemático da ontogênese, ao qualificar a individuação intrínseca ao coletivo, Simondon inaugura a importância que o transindividual terá em sua tese. Mesmo que este não seja um tema explorado nos demais momentos da obra do filósofo, o transindividual será o ponto nodal de toda a tese, na medida em que ele se constitui como eixo de toda a individuação.

Dito isto, conseguiremos nos aproximar de um elemento central que envolve os limites do transindividual: o problema da identidade não se limita apenas aos modelos de superação da identidade baseada num ideal de igualdade, ou do retorno às identidades baseado num ideal de reconhecimento. É bem verdade que no plano concreto as identidades não desapareceram. Não se trata, portanto, de algo como uma superação das identidades. Ao contrário, vemos hoje nos planos da trama social e da subjetividade uma explosão de narrativas sobre as identidades historicamente excluídas dos processos hegemônicos de construção de suas próprias identidades. É preciso reconhecer que existe pelo menos uma disputa entre aqueles que querem congelar as identidades e aqueles que querem reivindicar uma condição plural da identidade, condizente com demandas do nosso tempo, que tem formulado astutamente respostas para aqueles que ainda insistem em dizer o que é ou o que deve ser o outro. Temos hoje uma vigorosa produção de filosofias³ que contribuem para a construção de perspectivas localizadas nas geografias e calendários de grupos que tomam para si a tarefa de narrar sua produção de conhecimento, sua política, sua estética.

Na versão simondoniana da individuação, não se trata de reinventar o indivíduo para torná-lo *compatível* com as configurações tecnológicas, ambientais e psíquicas que alimentam e reproduzem estruturas de dominação. Trata-se justamente do contrário, ou seja, será preciso refazer as categorias que permitem ultrapassar a versão da individuação programada, que condena os indivíduos a um impiedoso seccionamento do corpo e alienação de si. Em certo sentido, a individuação é também a formulação de uma teoria da dependência transindividual, ou seja, estimula-se aí a capacidade do indivíduo⁴ pensar a si mesmo, refazendo os circuitos identitários obsoletos, cruzando as relações do indivíduo com outros indivíduos e com os mundos habitados.

Uma noção reformulada de identidade como problema da individuação só poderá ser realizada a partir de uma reconstituição do próprio pensamento.



Somente a individuação do pensamento pode, realizando-se, acompanhar a individuação dos seres outros que não o pensamento; o que não pode ser, portanto, um conhecimento imediato, nem um conhecimento mediato que podemos ter da individuação, mas um conhecimento que é uma operação paralela à operação conhecida; não podemos, no sentido habitual do termo, *conhecer a individuação*; podemos somente individuar, nos individuar e individuar em nós (SIMONDON, 2005, p. 36, grifos do autor).

Ao fazer coincidir pensamento em individuação e conhecimento da individuação, Simondon nos revela uma primeira importante solução: a individuação é também um modo de subjetivação. O problema da constituição do sujeito, em atrito com as novas configurações tecno-políticas, bem como a axiomática das ciências humanas ou a reforma das noções sobre o indivíduo, só poderá ser realizado em combinação com uma nova atitude face ao modo como se pensa o indivíduo e como o indivíduo pensa a si mesmo, não como uma unidade hermética, isolado, mas em relação. O reconhecimento de regimes de individuação válidos, a partir da coextensividade entre coletivo e individual, reivindica a inseparabilidade entre os processos de subjetivação dos indivíduos e dos grupos. O que compõe essa ambivalência é a integração entre o que aparece na *Individuação à luz das noções de forma e informação* como caráter espiritual do indivíduo e do coletivo, criado por algo “hiperfuncional” (Cf. SIMONDON, 2005, p. 293). Isto que é hiperfuncional se define pela criação de uma outra existência do indivíduo depois de dada a individuação biológica.

Tudo se passa como se sobre uma primeira individuação específica o humano procurasse uma outra, e tivesse necessidade de duas individuações sequenciais. Acolhido como vivo no mundo, ele pode se associar para explorar o mundo; porém falta ainda alguma coisa, ainda fica um buraco, um inacabamento. Explorar a natureza não é completamente satisfatório; a espécie em face do mundo não é um grupo de interioridade; é preciso uma outra relação que faça existir cada humano como pessoa social, e por isso, é preciso esta segunda gênese que é a individuação do grupo (SIMONDON, 2005, p. 293).

Ora, humanos e outros indivíduos compartilham circuitos de individuação no nível biológico, e isso deflagra a presença de uma inteligência e sensibilidade, por assim dizer, orgânicas que envolvem percepção, instinto, afeto e emoção. Então, a individuação coletiva deve ser conduzida por circuitos percepto-emotivos. A partir de uma segunda individuação, aparece o humano como ser espiritual. Ou seja, o ser espiritual é justamente a expressão de um arranjo do coletivo em face de uma problemática que não pode ser resolvida no plano interindividual.

O humano se reconhece dentro desta segunda individuação por uma causa imanente à sua experiência enquanto indivíduo que está em tensão com um coletivo e que elabora permanentemente sua relação com ele. Essa relação não se dá apenas na esfera interindividual como se fosse um diálogo entre indivíduos do coletivo; esta relação é a estrutura do transindividual. O transindividual é uma individuação que está para além das relações biológicas e interindividuais. Dito de outra maneira, a individuação vital simplesmente não consegue resolver as tensões do ser espiritual.

O transindividual não deixa de ser uma condição paradoxal da individuação: por um lado, a individuação vital é a realização da individuação biológica disponível para toda a individualidade. Por outro lado, a individuação biológica não esgota a carga de realidade pré-individual responsável por lançar o indivíduo numa segunda individuação. Em suma, o transindividual se realiza como reativação da carga pré-individual que se mantém latente ao longo da individuação biológica. Essa mesma carga pré-vital se realiza também no transindividual, pois é pela tensão, pelo equilíbrio metaestável que a segunda individuação se realiza.

Portador da realidade pré-individual, o humano encontra no outro uma outra carga desta realidade [...]. Pode-se dizer neste sentido que a espiritualidade é marginal em relação ao indivíduo mais do que central, e que ela não institui uma comunicação das consciências, mas uma sinergia e comum estruturação dos seres. O indivíduo não é



somente indivíduo, mas uma *reserva de ser* ainda impolarizado, disponível, em espera. O transindividual está com o indivíduo, mas ele não é o indivíduo individuado (SIMONDON, 2005, p. 295, grifos do autor).

O transindividual é em suma a reserva de ser para as individuações futuras, que também não se esgotam na realização do ser espiritual; esta não é a última fronteira da individuação. O transindividual na esfera psíquica se dá pelo reconhecimento da espiritualidade, que nada tem a ver com a prova ou a busca pela eternidade. A espiritualidade aludida por Simondon não está vinculada à experiência da fragilidade ou transitoriedade da vida:

A espiritualidade não é somente o que permanece, mas também o que brilha no instante entre duas espessuras indefinidas de obscuridade e nunca se apaga; o gesto desesperado, desconhecido do escravo revoltado é um gesto de espiritualidade, como no livro de Horácio. A cultura dá muito peso à espiritualidade escrita, falada, expressa, registrada. Essa espiritualidade que tende à eternidade por suas próprias forças objetivas não é a única; ela é apenas uma das dimensões da espiritualidade vivida; a outra, aquela da espiritualidade do instante que não procura a eternidade e brilha como a luz de um olhar para se apagar em seguida, também existe (SIMONDON, 2005, p. 246).

A espiritualidade expressa a validade do aqui e agora (*hic et nunc*), necessária para a formação de toda a cadeia de operações, estruturas e devir da individuação. A carga de realidade pré-individual ainda presente no ser individuado é manifestação dessa espiritualidade. Há no cerne da individuação uma realidade não individualizável, que restará sempre como reserva, como carga disponível para novas individuações. O indivíduo tem consciência da existência de uma realidade que subjaz a ele mesmo, e que aparece nos momentos críticos, de transformação e criação de novas estruturas e relações. O indivíduo pode reconhecer essa existência, mesmo que seja de uma perspectiva mitológica, como algo que escapa a sua realidade individual.

Portanto, o transindividual se acopla à carga de realidade pré-individual tornando-se deste modo algo não estruturado. Por isso, está ao mesmo tempo dentro e fora do indivíduo. O caráter atópico do transindividual reposiciona o problema metafísico da imanência e da transcendência (Cf. SIMONDON, 2005, p. 296). Essa polaridade só faz sentido no indivíduo individuado; o transindividual não cabe nessa polaridade, justamente porque a estrutura do transindividual não se define nem pelo pré-individual, nem pelo indivíduo individuado. Ele aparece quando acontecem as passagens de uma individuação para outra, e desaparece quando a individuação alcança o equilíbrio metaestável. Porém, reconhecer o transindividual como não estruturado também não quer dizer que esta é uma realidade puramente espiritual. O transindividual como realidade não estruturada se “desdobra em consciência coletiva e em corporeidade coletiva sob a forma de estruturas e de limites que fixam os indivíduos” (SIMONDON, 2005, p. 296). Não se trata mais de privilegiar o indivíduo como o modelo primeiro da individuação. O transindividual é a um só tempo a exteriorização da individuação no coletivo e a carga do pré-individual que irá definir a nova fase do indivíduo individuado. Queremos dizer com isso que o modelo simondoniano é determinado pela quebra do binarismo que ora adota o psicologismo ora o sociologismo para definir a formação do indivíduo e do grupo. Com Simondon essa polaridade desaparece, restando um intercâmbio contínuo entre interior e exterior, até o desaparecimento de seus limites. Em suma, a definição do transindividual pode ser tomada também como a primeira etapa da individuação psíquica.

II.

O que caracteriza o coletivo não é um tipo de identidade pessoal de indivíduos agrupados, ou seja, a identidade não é um caso de reconhecimento espelhado da esfera interior do indivíduo com a exterior de um grupo. Para resolver o problema da identidade não basta equacionar as semelhanças exteriores à impressão de pertencimento individual. As semelhanças individuais não alcançam a complexidade espiritual do coletivo, ou seja, o indivíduo só pertence a um coletivo quando há mais do que o reconhecimento de características físicas. O indivíduo só pertence a um coletivo se a individuação que o dinamiza como um



ser de relações coincide com as problemáticas próprias da individuação e a espiritualidade do grupo. Tudo se passa como se as identidades fossem provisórias para a manutenção do equilíbrio em constante tensão com o conteúdo individual e transindividual.

A individuação coletiva acontece na reunião de indivíduos carregados de realidade não individuada. E se uma realidade individuada não pode definir a espiritualidade individual, no coletivo acontece o mesmo. “O coletivo é uma individuação que reúne as naturezas portadas por muitos indivíduos, mas não contidas nas realidades já constituídas desses indivíduos” (Idem). Deste modo, a espiritualidade do coletivo depende da presença de indivíduos possuidores de carga pré-individual. O pré-individual é o que contém a própria noção de natureza, que o filósofo atualiza do pré-socrático Anaximandro para quem a “natureza é realidade do possível” (SIMONDON, 2005; 297). Todavia, o ser individuado não pode ser considerado uma realidade mais fraca, menos potente, decaída de uma suposta explosão de vida que se preservaria apenas no pré-individual. Por isso, a noção de natureza é o contato do pré-individual com o indivíduo individuado da qual nenhuma individuação pode escapar. A natureza neste caso é a “remanescência da fase primitiva e original do ser na segunda fase, e esta remanescência implica a tendência sobre uma terceira fase que é a aquela do coletivo; o coletivo é uma individuação das naturezas junto aos seres individuado” (Idem).

É preciso partir da individuação do grupo na qual os indivíduos são ao mesmo tempo meio e agentes de uma sincristalização [*syncrystallisation*]; o grupo é uma sincristalização de muitos seres individuais e é o resultado desta sincristalização que é a personalidade do grupo; ela não é introduzida no indivíduo pelo grupo, pois é preciso que o indivíduo esteja presente para que a individuação se produza; não é preciso, aliás, que o grupo esteja presente; é preciso que ele esteja tenso e parcialmente indeterminado, como o ser pré-individual antes da individuação; um indivíduo completo e absolutamente perfeito não poderia entrar no grupo; é preciso que o indivíduo seja ainda portador de tensões, de tendências e potenciais, de realidade estruturável, mas ainda não estruturada, para que o grupo de interioridade seja possível. O grupo de interioridade só acontece quando as forças do futuro englobadas por muitos indivíduos vivos chegam a uma estruturação coletiva; a participação e a reivindicação se realizam neste instante da individuação do grupo e da individuação dos indivíduos agrupados [...] a incorporação do novo é para este último um novo nascimento (individuação) e para o grupo também, um renascimento. Um grupo que não se recia incorporando novos membros se dissolve enquanto grupo (SIMONDON, 2005, p. 290).

O problema da identidade nos debates contemporâneos a Simondon traduz a crise dos modelos identitários que anunciavam importantes transformações sociais, preconizadas pelas novas teorias da subjetividade. A psicanálise em sua versão pós-freudiana contribuía para alargar os limites da individuação a partir de uma renovada abordagem das pulsões e economia libidinal. O diagnóstico de Simondon é ressonante aos movimentos de insurgência deflagrados na década de 1960, e expressam as inquietações sobre os modelos identitários hegemônicos. O reposicionamento das identidades para as lutas sociais é resultado de um esforço transindividual para responder a um modo de vida hegemônico e excludente, os coletivos se reúnem em função da superação de um tipo de condição subjetiva da falta, da opressão, da violência, da alienação.

O alcance da problemática apresentada por Simondon joga luz na complexa transformação sobre o problema da identidade quebrando a lógica naturalizada da dominação etnocêntrica e epistemológica. Enfim, as teorias da subjetividade são obrigadas a refazer os princípios da identidade. A teoria da individuação não tem todas as respostas para as facetas que se apresentam em decorrência desta transformação, mas certamente contribui para percebê-las. O que está em questão é o aprofundamento de uma noção de indivíduo e de coletivo que seja capaz de preconizar uma diferenciação que os torna agentes de sua individuação.

A reinterpretação da individuação como filosofia da natureza é uma saída para os modelos que pensam nos moldes binários do coletivo como anterior ao indivíduo ou do indivíduo como anterior ao coletivo. A prevalência de uma coisa sobre a outra é um equívoco desfeito pela coextensividade e coexistência das individuações, as quais descartam as noções de influência ou determinação social ou psicológica, que, segundo



Simondon, representam dois substancialismos de níveis diferentes: o molar e o molecular. É significativa, nessa restituição da filosofia da natureza a *relação* como condição necessária da existência, para indivíduo e coletivo: “A relação do indivíduo com o grupo é sempre a mesma em seu fundamento: repousa sobre a individuação simultânea de seres individuais e do grupo, ela é presença” (SIMONDON, 2005, p. 291).

Os modos de existência são o reconhecimento da capacidade de os indivíduos construírem combinações biopsicossociais em que sejam priorizados os ordenamentos da vida que correspondem aos problemas vividos pelo indivíduo ou pelo coletivo. Na verdade, não se trata de relativizar o problema dos modos de existência, pela capacidade ou incapacidade que cada cosmovisão tem para gerá-los. O que definitivamente está em jogo nos sentidos da individuação que encontramos em Simondon é a exploração de mundos individuantes, cosmologias ou mundologias que sejam capazes de multiplicar os modos de existência, convidando a filosofia se esparramar num pluralismo ontológico, favorável à multiplicação de perspectivas concernentes aos diferentes modos de existência. A noção de indivíduo se transforma, se alarga para além de sua realidade individuada. Por isso, uma solução se faz necessária: é preciso considerar que a individuação é aquilo que se distribui entre as três fases do ser: pré-individual/natureza; individual/indivíduo; transindividual/espiritualidade. Se a individuação se faz pela solução de problemas que a vida impõe, é preciso mapear quais são as conexões entre o indivíduo e os coletivos que o atravessam. Construir alianças para desviar o humano da rota do progresso pode contribuir para a manutenção das inúmeras relações de preservação da vida articuladas entre indivíduos de todas as espécies, (trans)gêneros, raças, tipos e sistemas naturais e artificiais.

NOTAS

1. Agradeço aos comentários e ao instigante debate na apresentação desta pesquisa no Colóquio Simondon: os sentidos da individuação, realizado na USP em 2018, a partir dos quais pude aperfeiçoar o texto para esta publicação.
2. No ensaio *Tecnologia e o futuro do humano* Laymert Garcia dos Santos apresenta uma redefinição dos limites do humano a partir da sobreposição do domínio tecnológico na vida humana e não humana. Para reformulação dos parâmetros de definição do indivíduo é necessário incluir novas noções que permitam circunscrever os novos arranjos da relação entre o humano e o indivíduo (Cf. SANTOS, 2011).
3. Na perspectiva de Achille Mbembe, o que põe os indivíduos no curso de novas individuações é uma força política. Força esta que nos corpos racializados se caracteriza como violência, que atravessa todas as relações dos indivíduos, impondo aos racializados uma via única de identidade. Há uma trama perversa que recai sobre os indivíduos nos territórios americanos da diáspora negra que é limitar a maneira de produzir sua identidade e criar seu destino (Cf. MBEMBE, 2013).
4. Para além do corte ontológico que separa o humano dos outros vivos, e que faz da técnica a manifestação humana que conecta o humano aos objetos técnicos, existe, na filosofia de Simondon, uma evidente preocupação com as manifestações da vida. Isso significa que esta filosofia traça uma trajetória que vai do humano ao vital, ou melhor, que reinsere o humano na dinâmica vital. Especialmente sob esta perspectiva que podemos encontrar um Simondon bastante bergsoniano. Cf. GUCHET, 2015.

REFERÊNCIAS

BARTHÉLÉMY, J. H. *Simondon ou l'encyclopédisme génétique*. Paris: PUF, 2009.

_____. *D'une rencontre fertile de Bergson et Bachelard : l'ontologie génétique de Simondon* in F. Worms & J.-J. Wunenburger (dir.). *Bachelard et Bergson: continuité et discontinuité*. Paris: PUF, 2008.



_____. *Penser l'individuation*. Paris: L'Harmattan, 2005.

BONTEMS, V. (dir). *Gilbert Simondon et l'invention du futur*. Paris: Klincksieck, 2016.

COMBES, M. *Simondon - individu et collectivité: pour une philosophie du transindividuel*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

_____. "A vida por nascer". In: *EcoPos*, v.20, n.1, 2017.

GUCHET, X. "*Simondon, la technique, la politique et la vie*". In: *Revista Dois Pontos*, Curitiba, São Carlos, v. 12, n.1 2015.

MBEMBE, A. *Critique de la raison negre*. Paris: La Decouvert, 2013.

PELBART, P. *O avesso do niilismo, cartografias do esgotamento*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

SANTOS, L. G. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

SIMONDON, G. *Deux leçons sur l'animal et l'homme*. Paris: Ellipses, 2004.

_____. *Curs sur la perception*. Paris: Les Edition Transparence, 2006.

_____. *L'individu et sa genèse physico-biologique*. Paris: Jérôme Millon, 1995.

_____. *L'individuation à la lumière des notions de formes et d'information*. Paris: Jérôme Millon, 2005.

_____. «Les limites du progrès humain». In: *Les Cahiers Philosophiques*, n. 42, 1990.

VIEIRA, P. "Mais que um, menos que muitos: a individuação e o programa filosófico de Simondon no "*L'Individuation à la Lumière des Notions de Forme et d'Information*". In: *Dois Pontos*, vol. 12, n. 01, p. 59-73, 2015.

VILALTA, L. P. *A criação do devir - ética e ontogênese na filosofia de Gilbert Simondon*. Dissertação defendida na FFLCH. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, 2017.